



CARGO : PROFESSOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

TEMA:

Paulo Freire disse que a língua é produtiva e não reflexiva da realidade social. Isso significa questionar o pressuposto de que nós usamos a língua apenas para organizar e expressar ideias e experiências. Ao contrário, a língua é uma das práticas sociais mais importantes, uma prática de significação como também um espaço para o confronto cultural. Ela nos marca na nossa subjetividade, na nossa maneira de ser e estar no mundo.

Disserte a respeito da ideia de alfabetização por Paulo Freire.

Espelho:

Nós “dizemos” o mundo e, ao dizê-lo, nós o construímos.

A alfabetização precisa ser encarada como a “relação entre os educandos e o mundo, mediada pela prática transformadora desse mundo, que tem lugar precisamente no ambiente em que se movem os educandos” (FREIRE, 1990, p. 101).

A leitura pode ser um trabalho difícil e infrutífero, quando o aluno só tem as letras para tentar entender o texto, isto é: só dominam a capacidade de decodificação do que está escrito, ao optar pela concepção de Freire (1985), para o processo de leitura da palavra, na leitura do mundo, ou precedido pela leitura do mundo, os sentidos da leitura e da escrita vão se produzindo nos trânsitos pelos espaços do bairro, da comunidade, da cidade, na busca de uma leitura do mundo, de corpo inteiro, quando se lê a palavra. E a palavra é a palavra-texto, palavra-vida.

Além disso, trata-se a alfabetização como um processo em permanente construção, que não se inicia em um momento determinado e nem se restringe a rituais repetitivos de leitura e de escrita, mas começa na própria vida, quando as crianças gesticulam, esboçam sorrisos, movimentam seu corpo, situam-se no espaço, no tempo, fazem a leitura de si mesmas, de suas mãos, de seus gestos, de gestos de outros, leem outros sorrisos, expressões de aprovação, desaprovação, processo esse, que segue pelos caminhos do lúdico, de práticas sociais de leitura e escrita, que se relacionam ao grau de letramento da instituição familiar ou da instituição escolar ou pré-escolar e dos espaços por onde anda a criança e ao modo como se estabelecem as interações.

É comum que as práticas pedagógicas que assumem essa perspectiva agreguem também uma compreensão interacionista da aprendizagem baseada na concepção de construção social da mente de Vygotsky e a na pedagogia de Paulo Freire.

Em termos didáticos, isso significa assumir três etapas.

Na etapa de investigação, aluno e professor buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive, as palavras e temas centrais de sua biografia. Na segunda etapa, a de tematização, eles codificam e decodificam esses temas, buscando o seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido. E no final, a etapa de problematização, aluno e professor buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica do mundo, partindo para a transformação do contexto vivido.

Em termos de planejamento cotidiano das intervenções junto aos aprendizes, são três os princípios:

PRIMEIRO: para poder planejar intervenções didáticas eficazes o professor precisa reconstituir os conhecimentos implícitos na ação do aluno, ou seja, avaliar em que nível psicogenético ele se encontra.

SEGUNDO: a partir do reconhecimento do nível psicogenético de cada um, é necessário propor situações didáticas que provoquem a desestabilização das suas concepções de escrita a fim de levá-los a compreender fenômenos e conceitos novos e adquirir novas competências, ou seja, avançar de nível.

TERCEIRO: propor atividades nas quais a escrita tenha sentido para os alunos e a partilha de saberes entre as crianças seja não apenas permitida, como estimulada, assim como a consulta a várias fontes.



CARGO : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – GEOGRAFIA**TEMA:**

Atividades agrárias têm-se mostrado crescentemente como fortes depredadoras dos recursos naturais. O ambiente natural está cada dia mais sendo alterado, chegando em algumas áreas do Brasil e do mundo a verdadeiras degradações ambientais.

O ritmo da deterioração ambiental e do desperdício de recursos naturais da Amazônia segue em ritmo crescente, na medida em que o desmatamento total da área a ser ocupada segue de queimada após retirada de espécies de madeira de valor comercial, sucedendo à eliminação da fauna pela caça e pelo fogo, finalizando então com a prática anual de queimadas das mesmas áreas anteriormente desmatadas. Nesse sentido, disserta a respeito de como as atividades agrárias impactam na degradação dos recursos naturais, bem como a necessidade desses recursos à vida humana, e quais medidas foram encontradas nos últimos anos a fim de prevenir a futura escassez desses recursos por meio das modernas atividades agrícolas.

Espelho:

As atividades agrárias têm-se mostrado crescentemente como fortes depredadores dos recursos naturais. É incontestável a necessidade crescente de produção de alimentos que possam atender ao crescimento do consumo pela população que cada dia mais vive em cidades. Para suprir tais necessidades, a tendência tem sido a de recorrer a tecnologias cada dia mais sofisticadas. Nesse processo de aperfeiçoamento técnico e na procura de aumento da produtividade por hectare e por trabalhador visando aumentar a lucratividade, o ambiente natural está cada dia mais sendo alterado, chegando em algumas áreas do Brasil e do mundo a verdadeira degradação ambiental.

As atividades agrícolas chamadas modernas são cada vez mais avançadas tecnologicamente, empregando baixa quantidade de mão-de-obra e utilizando maquinarias, adubos químicos, inseticidas e herbicidas. Esse modelo de produção agrícola intensificou-se principalmente nas décadas que sucederam à Segunda Guerra Mundial. É um modelo dos países industrializados, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e Ucrânia. A produção agrícola mecanizada, em face das exigências de grandes investimentos nos insumos (máquinas, adubos, controladores de pragas) é mais vantajosa quando praticada em grandes extensões de terras e com o cultivo do tipo monocultura.

A agricultura tecnificada é extremamente especializada, tanto na mão de obra quanto na seleção das espécies cultivadas e das regiões ou áreas de produção.

CARGO : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HISTÓRIA**TEMA:**

E se não ensinássemos história? O que aconteceria? E se substituíssemos a disciplina de história por outra? Quais os problemas que isto acarretaria na formação de nossos alunos? Quais conteúdos que a disciplina história ensina que deixariam de ser ensinados? Isto traria algum prejuízo para as crianças e para os futuros adultos? Enfim, para que serve o ensino de História? Qual a importância do seu estudo? Segundo Gaddis (1998, p.26)

Espelho:

O estudo do passado não é um guia seguro para prever o futuro, contudo, poderíamos dizer que o conhecimento do passado nos prepara para o futuro, expandindo nossa experiência, fazendo com que possamos aumentar nossas habilidades, nossa energia e se tudo for bem, nossa sabedoria.



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – CIÊNCIAS

TEMA:

Disserte acerca das palavras de Paulo Freire e correlacione a docência no ensino de ciências.

As crianças precisam crescer no exercício desta capacidade de pensar, de indagar-se e de indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e de não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos. As crianças precisam ter assegurado o direito de aprender a decidir o que se faz decidindo. Se as liberdades não se constituem entregues a si mesmas, mas na assunção ética de necessários limites, a assunção ética desses limites não se faz sem riscos a serem corridos por elas e pela autoridade ou autoridades com que dialeticamente se relacionam.

(FREIRE, 2000, p. 28).

Espelho:

Pesquisas e projetos possibilitam aos professores a efetiva mediação pedagógica.

Por meio deles, os professores podem ensinar, ouvindo; por eles, os alunos aprendem, falando e escrevendo. Pela escuta e acompanhamento dos trabalhos e iniciativas dos alunos, o professor consegue perceber os limites de conhecimento dos alunos e sugerir iniciativas para avançar para além do que já conhecem.

Aceitar esse tipo de proposta implica seguidamente para os professores ensinar o que não sabem. Quando são os alunos que elaboram perguntas, as quais vão procurar responder, podem surgir problemas, cujas respostas nem os professores conhecem, a respeito do que afirma Freire (1985), são essas as verdadeiras perguntas, exigindo do professor superar a insegurança de também ensinar o que ainda não sabe.

Na transitividade crítica o pensar certo e o agir certo levam à humanização. O desenvolvimento da curiosidade epistemológica, condição para o pensar certo, possibilita a pergunta e problematização do mundo, a apreensão e produção reflexiva e crítica de conhecimento verdadeiro, gerado no e pelo diálogo e que pode transformar a realidade.

A educação humanizadora e libertadora se pauta por valores éticos e democráticos.

Com o pensar certo essa consciência emerge, pelo refletir sobre o que, o como e as consequências das próprias ações no mundo. O educador progressista deve assumir uma posição política, colocar a si e o grupo de alunos na posição de ensinar e aprender para que juntos desenvolvam o pensar certo, cresçam como sujeitos que transformam e se libertam.

CARGO : Professor de Educação Básica II – Informática

TEMA:

"Avaliar envolve valor, e valor envolve pessoa."

A Lei 9.394/96, das diretrizes e bases para a educação nacional, faz menção à avaliação da aprendizagem. Ao longo dos seus artigos, o termo avaliação (e suas variações) aparecem diversas vezes tendo os termos verificação (do rendimento ou da aprendizagem).

A diferença fundamental entre verificação e avaliação, é que a primeira é uma ação estática e a segunda é um processo dinâmico que encaminha a ação.

Disserte acerca da avaliação mediadora.

Espelho:

A Lei de diretrizes e Bases nº. 9.394/96, nos proporciona os dois mais importantes princípios da afetividade e amor no domínio escolar, o respeito à liberdade e a consideração à tolerância, que são inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Ambos têm por fim último o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para as ocupações no trabalho.

Avaliação é o acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento, para este feito o professor precisa caminhar junto ao educando, construindo laços, valorizando manifestações e interesses. Se a vivência dos alunos são diferentes, não se pode esperar que seus conteúdos se assemelhem, bem como não se deve analisá-los comparativamente. Ao avaliar o



professor deve levar em consideração, a expressão, a crença, os valores, as experiências de vida que irão refletir em seu modo de pensar e ser de cada estudante.

Para Hoffmann “A avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório”, ela propõe para a realização da avaliação, na perspectiva de construção, duas premissas fundamentais: confiança na possibilidade do aluno construir as suas próprias verdades; valorização de suas manifestações e interesses. Para Hoffmann, o aparecimento de erros e dúvidas dos alunos, numa extensão educativa é um componente altamente significativo ao desenvolvimento da ação educacional, pois permitirá ao docente a observação e investigação de como o aluno se coloca diante da realidade ao construir suas verdades. Ela distingue o diálogo entre professor e aluno como indicador de aprendizagem, necessário, à reformulação de alternativas de solução para que a construção do saber aconteça.

A reflexão do professor sobre seus próprios posicionamentos metodológicos, na elaboração de questões e na análise de respostas dos alunos deve ter sempre um caráter dinâmico.

Na avaliação mediadora o professor deve interpretar a prova não para saber o que o aluno não sabe, mas para pensar nas estratégias pedagógicas que ele deverá utilizar para interagir com esse discente. Para que isso aconteça, o desenvolvimento dessa prática avaliativa deverá decodificar a trajetória de vida do aluno durante a qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, e isso é muito mais que conhecer o educando.

Em um processo de aprendizagem toda resposta do aluno é ponto de partida para novas interrogações ou desafios do professor. Devem-se ofertar aos alunos muitas oportunidades de emitir idéias sobre um assunto, para ressaltar as hipóteses em construção, ou as que já foram elaboradas Sem tais atitudes, não se idealiza, de fato, um processo de avaliação contínua e mediadora.

Avaliar significa ação provocativa do professor desafiando o educando a refletir sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses, encaminhando-o a um saber enriquecido, acompanhando o “vir a ser”, favorecendo ações educativas para novas descobertas. A avaliação apresenta uma importância social e política fundamental no fazer educativo vinculando-a a idéia de qualidade. Não há como evitar a necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa torná-la eficaz naquilo que se propõe: a melhora de todo o processo educativo. Avaliar qualitativamente significa um julgamento mais global e intenso, no qual o aluno é observado como um ser integral, colocado em determinada situação relacionada às expectativas do professor e também deles mesmos. Nesse momento, o professor deixa de ser um simples colecionador de elementos quantificáveis e utiliza sua experiência e competência analisando os fatos dentro de um contexto de valores, que legitimam sua atitude como educador.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO ESPECIAL

TEMA:

A acessibilidade arquitetônica é fundamental para que os alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como professores e funcionários, possam acessar a todos os espaços de sua escola e participar de todas as atividades com segurança, conforto e com a maior autonomia possível, de acordo com suas possibilidades.

Disserte a respeito da eliminação de barreiras físicas e da transformação dos espaços escolares aos alunos portadores de deficiência.

Espelho:

Para a eliminação das barreiras físicas e transformação dos espaços escolares precisamos entender que não existe um modelo único que possa ser utilizado em todas as escolas para torná-las acessíveis. É a observação acurada das necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como a análise das condições arquitetônicas dos prédios escolares, que darão aos profissionais



responsáveis pelas adequações a serem implementadas (engenheiros, arquitetos) as informações necessárias à elaboração dos projetos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, apresenta na NBR 9050, as normas técnicas brasileiras de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e poderão ser consultadas como importante referência nos projetos que visam à construção da escola acessível. (ABNT, 2004)

Como salientamos acima, a tarefa de adequação física dos prédios escolares exige parcerias entre escola envolvendo todos os segmentos (equipe diretiva, professores e alunos), comunidade escolar (famílias e entornos das escolas), secretarias de obras e de educação, bem como instituições que mesmo indiretamente possam contribuir com sugestões que venham aprimorar o projeto.

Inicialmente, é recomendável instituir uma equipe multidisciplinar composta pelos técnicos da Secretaria de Obras, membros da APM, professores e alunos (usuários) para planejar a ação.

Reunida a equipe, analisadas as barreiras de acessibilidade existentes na na escola, toma-se a decisão a respeito das adequações a serem efetuadas.

O tema das diferenças na escola é provocador para todos os segmentos: gestores, docentes, alunos, famílias e comunidade. Ele faz com que todos repensem suas práticas e radicalmente mudem concepções ultrapassadas, de um espaço que repassa conhecimentos para outro que contenha em si a representação fiel da sociedade e que constrói, de forma colaborativa, o conhecimento e as soluções para seus problemas.

A acessibilidade é necessária para que se alcance o direito de todos ao usufruto do que chamamos direitos humanos fundamentais. Precisamos falar de acessibilidade quando alguns estão fora do reconhecimento de pertencer e de ser cidadão. A acessibilidade é necessária para aqueles que estão excluídos e ao mesmo tempo beneficia a todos.

A presença das diferenças na escola é um fator de enriquecimento para todos porque o direito de participar de um ambiente escolar que valorize e se beneficie do convívio entre todos é também daqueles que já estão na escola e que, de certa forma, estão privados de conviver e conhecer as diferenças.

A escola deve ser um espaço projetado para todos: este é o pressuposto básico do desenho universal. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, "desenho universal refere-se à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, até onde for possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico" (ONU, 2007, p. 18).

Na escola inclusiva, os espaços físicos, sinalizações, códigos e comunicação, bem como as práticas educacionais devem ser projetados e efetivamente executados de forma que todos tenham acesso a todos os espaços, possam participar de todas as atividades e tenham as condições necessárias para se manifestarem.

Quando a diferenciação se faz necessária, a algumas pessoas ela vem para garantir a valorização das diferenças, e é, nesse momento, que as ações afirmativas de acessibilidade se concretizam.

O tema da acessibilidade e do desenho universal devem extrapolar as proposições da arquitetura e do projeto de produtos para chegar às práticas docentes. Quando falamos na escola e consideramos cada aluno como único e diferente, precisamos rever completamente a pedagogia, adotando uma "pedagogia das diferenças", que emancipa, cria autonomia, constrói as condições para o outro ser e se expressar no seu processo único de construção de conhecimentos. Neste sentido o papel do professor qual será? Para Freire, é necessário que o professor, "[...] assumindo-se como sujeito da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 2005, p. 22).

O professor da educação especial não é mais aquele que ensina os alunos com deficiência os conteúdos escolares, e, portanto, a sua formação deve ajudá-lo, agora, a saber, observar a realidade, identificar os problemas ali presentes e ser capaz de trabalhar construindo redes de parcerias, para, então, propor a solução adequada à superação das barreiras que impedem seu aluno de estar na escola e lá aprender, de forma autônoma, instigante e criativa.



CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – INTÉRPRETE DE LIBRAS

TEMA:

"Avaliar envolve valor, e valor envolve pessoa."

A Lei 9.394/96, das diretrizes e bases para a educação nacional, faz menção à avaliação da aprendizagem. Ao longo dos seus artigos, o termo avaliação (e suas variações) aparecem diversas vezes tendo os termos verificação (do rendimento ou da aprendizagem).

A diferença fundamental entre verificação e avaliação, é que a primeira é uma ação estática e a segunda é um processo dinâmico que encaminha a ação.

Disserte acerca da avaliação mediadora.

Espelho:

A Lei de diretrizes e Bases nº. 9.394/96, nos proporciona os dois mais importantes princípios da afetividade e amor no domínio escolar, o respeito à liberdade e a consideração à tolerância, que são inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Ambos têm por fim último o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para as ocupações no trabalho.

Avaliação é o acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento, para este feito o professor precisa caminhar junto ao educando, construindo laços, valorizando manifestações e interesses. Se a vivência dos alunos são diferentes, não se pode esperar que seus conteúdos se assemelhem, bem como não se deve analisá-los comparativamente. Ao avaliar o professor deve levar em consideração, a expressão, a crença, os valores, as experiências de vida que irão refletir em seu modo de pensar e ser de cada estudante.

Para Hoffmann "A avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório", ela propõe para a realização da avaliação, na perspectiva de construção, duas premissas fundamentais: confiança na possibilidade do aluno construir as suas próprias verdades; valorização de suas manifestações e interesses. Para Hoffmann, o aparecimento de erros e dúvidas dos alunos, numa extensão educativa é um componente altamente significativo ao desenvolvimento da ação educacional, pois permitirá ao docente a observação e investigação de como o aluno se coloca diante da realidade ao construir suas verdades. Ela distingue o diálogo entre professor e aluno como indicador de aprendizagem, necessário, à reformulação de alternativas de solução para que a construção do saber aconteça.

A reflexão do professor sobre seus próprios posicionamentos metodológicos, na elaboração de questões e na análise de respostas dos alunos deve ter sempre um caráter dinâmico.

Na avaliação mediadora o professor deve interpretar a prova não para saber o que o aluno não sabe, mas para pensar nas estratégias pedagógicas que ele deverá utilizar para interagir com esse discente. Para que isso aconteça, o desenvolvimento dessa prática avaliativa deverá decodificar a trajetória de vida do aluno durante a qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, e isso é muito mais que conhecer o educando. Em um processo de aprendizagem toda resposta do aluno é ponto de partida para novas interrogações ou desafios do professor. Devem-se ofertar aos alunos muitas oportunidades de emitir idéias sobre um assunto, para ressaltar as hipóteses em construção, ou as que já foram elaboradas Sem tais atitudes, não se idealiza, de fato, um processo de avaliação contínua e mediadora.

Avaliar significa ação provocativa do professor desafiando o educando a refletir sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses, encaminhando-o a um saber enriquecido, acompanhando o "vir a ser", favorecendo ações educativas para novas descobertas. A avaliação apresenta uma importância social e política fundamental no fazer educativo vinculando-a a idéia de qualidade. Não há como evitar a necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa torná-la eficaz naquilo que se propõe: a melhora de todo o processo educativo. Avaliar qualitativamente significa um julgamento mais global e intenso, no qual o aluno é observado como um ser integral, colocado em determinada situação relacionada às expectativas do professor e também deles mesmos. Nesse momento, o professor deixa de ser um simples colecionador de elementos quantificáveis e utiliza sua experiência e competência analisando os fatos dentro de um contexto de valores, que legitimam sua atitude como educador.